

Enfrentando a Precariedade com Cooperação: cooperativas de trabalhadores no setor cultural

Marisol Sandoval

Professora do Departamento de Sociologia da City University London.

Resumo

O artigo explora caminhos para a resistência ao trabalho precário e explorado no setor cultural. Investiga o potencial das cooperativas de trabalhadores para ajudar a melhorar as condições de trabalho e re-imaginar radicalmente o trabalho cultural. Este conceito concentra-se na democratização da propriedade e da tomada de decisão, desafiando as divisões de classe e prometendo capacitar os trabalhadores, dando-lhes mais controle sobre suas vidas profissionais. No entanto, as cooperativas estão limitadas por pressões competitivas do mercado, criando tensões entre necessidade econômica e metas políticas. Examinando os debates atuais sobre cooperativas, o artigo explora as cooperativas como um projeto político prefigurativo radical, mobilizado em uma tentativa reformista de criar um capitalismo mais ético ou integrado a discursos neoliberais de empreendedorismo e responsabilidade individual. Em seguida, discute-se as potencialidades e limitações das cooperativas ao analisar a precariedade, a desigualdade e a individualização do trabalho no setor cultural, argumentando que as cooperativas radicais podem desempenhar um papel importante dentro de um movimento maior que mobiliza a coletividade para enfrentar a individualização neoliberal e o realismo capitalista.

Palavras-chave: cooperativas; trabalho cultural; neoliberalismo; capitalismo; precariedade; resistência; sindicatos.

Abstract

This paper explores avenues for resistance to precarious and exploited labour in the cultural sector. It investigates the potential of worker co-operatives to help improve working conditions and radically reimagine cultural work. The concept of worker co-ops focuses on democratising ownership and decision-making power. It challenges class divisions and promises to empower workers by giving them more control over their working lives. However, co-ops are constrained by competitive market pressures, creating tensions between economic necessity and political goals. Examining current debates on co-operatives the article explores co-ops as a radical pre-figurative political project, mobilised in a reformist attempt to create a more ethical capitalism or be integrated into neoliberal discourses of entrepreneurship and individual responsibility. It goes on to discuss the potentials and limitations of worker co-ops by looking at precariousness, inequality and individualisation of cultural sector work arguing that radical co-ops can play an important role within a larger movement that mobilises collectivity to confront neoliberal individualisation and capitalist realism.

Keywords: co-operatives, cultural work, neoliberalism, capitalism, precariat, resistance, trade unions

Texto originalmente publicado na revista *New Formations*, disponível em: <https://www.lwbooks.co.uk/new-formations/88/fighting-precarity-with-co-operation>.

Tradução Rafael Grohmann

Em um artigo intitulado “Em nome do amor”, Miya Tokumitsu (2014) reflete sobre o “Faça o que você ama” como um credo dominante na cultura de trabalho atualmente. Ela argumenta que este mantra sugere que “trabalho não é algo que se faz por compensação, mas um ato de amor próprio” (Tokumitsu, 2014, p. 11). A recente expansão da pesquisa acadêmica sobre o trabalho no setor cultural tem mostrado que os trabalhadores da área de cultura geralmente experienciam a sua vida no trabalho como algo realizador, agradável e, de fato, amável. Entretanto, por trás da superfície de diversão, os estudos sobre o trabalho criativo agradável têm também revelado uma geração com pouca renda, pouca estabilidade, mas uma vida profissional altamente precarizada, individualizada e pressionada. Se há um achado principal que pode ser concluído das pesquisas sobre o trabalho no setor cultural, certamente é o de que as vidas nos trabalhos chamados criativos são complexas e contraditórias, combinando satisfação e níveis relativamente altos de autonomia com insegurança, baixos salários, ansiedade e desigualdade.

Mais do que autonomia e insegurança convivendo lado a lado, é precisamente a experiência de autonomia e realização que faz do trabalho cultural um campo ideal para introduzir condições de trabalho inseguras e precárias, constituindo o trabalhador criativo como um sujeito empreendedor ideal do capitalismo neoliberal. Ou, como coloca Tokumitsu: “nada faz a exploração se tornar mais fácil do que convencer os trabalhadores de que eles estão fazendo aquilo que amam” (Tokumitsu, 2014, p. 14).

A exploração do trabalhador cultural geralmente não traz a forma tradicional de relações de trabalho e salário. Em 2011, as profissões artísticas, literárias e midiáticas formaram o maior grupo de trabalhadores *freelancers* na Inglaterra, contabilizando 265 mil entre 1,56 milhão de *freelancers* em geral (Kitching; Smallbone, 2012). Um estudo conduzido por Ball, Pollard e Stanley (2010) entre 2008 e 2010 confirma que quase metade dos graduados nestas áreas tem se engajado em trabalho *freelance* nos primeiros quatro a seis anos de suas carreiras. 45% por cento responderam que trabalharam como *freelancers* depois que iniciaram a graduação; e um tempo de estudo de 48%

foi destinado ao trabalho de portfólio, geralmente combinando emprego pago, autoemprego e trabalho não-pago.

Os trabalhadores culturais *freelancers* formam seus próprios micronegócios, absolvendo as empresas que os contratam de qualquer responsabilidade de garantir benefícios de seguridade social e direitos trabalhistas. Neste sentido, o trabalho cultural tem se tornado um símbolo do desmantelamento do Estado de bem-estar social e do crescimento da cultura neoliberal de trabalho (Gill; Pratt, 2008). Os trabalhadores culturais *freelancers* podem não ter renda estável, estabilidade, seguro desemprego, férias, plano de saúde ou licença maternidade, mas tudo parece valer a pena, desde que eles possam fazer aquilo que amam. Enquanto os elementos anti-trabalhadores da ideologia do “faça o que você ama” – descrita por Tokumitsu (2014) – são evidentes, também parece um pouco apressado descartar completamente o desejo de ter divertimento e prazer em sua rotina de trabalho. Em vez disso, parece necessário investigar a possibilidade de um processo de trabalho genuinamente humanizado que não seja nem explorado nem alienado e que satisfaça a complexidade das necessidades humanas.

Enquanto a pesquisa sobre trabalho cultural mostra um rico quadro de seus méritos, problemas e contradições, a questão de como as condições de trabalho podem ser melhoradas parece pouco clara. Este artigo visa, portanto, explorar caminhos para a resistência ao trabalho precário e explorado no setor cultural. Em particular, concentra-se nas cooperativas como uma via alternativa de organizar o trabalho cultural. Cooperativas de trabalhadores são organizações que são controladas pelas pessoas que trabalham nelas. A Declaração Mundial sobre as Cooperativas de Trabalhadores (CICOPA, 2004) salienta que elas têm “o objetivo de criar e manter empregos sustentáveis e gerais riqueza, a fim de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores-membros, dignificar o trabalho humano, levando a uma autogestão democrática dos trabalhadores e promovendo o desenvolvimento comunitário e local” (CICOPA, 2004, p. 3).

O artigo começa examinando algumas das raízes

históricas das atuais culturas de trabalho neoliberais e olha para os diversos pontos de partida para resistência. Depois, discute as potencialidades e os limites das cooperativas de trabalhadores para começar a re-imaginar o trabalho cultural.

1. DA CRÍTICA SOCIAL À CRÍTICA ARTÍSTICA E RETORNANDO À CRÍTICA SOCIAL?

Para compreender as contradições do trabalho cultural e identificar possibilidades para as estratégias coletivas de resistência, vale a pena revisar algumas das histórias e transformações das culturas de trabalho no século XX. Boltanski e Chiapello (2007) argumentam que a cultura de trabalho pós-fordista é, em certa medida, uma resposta a algumas das demandas dos movimentos de protesto dos anos 1960. A chamada crítica artística ao capitalismo exigiu autenticidade e liberdade e pediu mais autonomia, criatividade e flexibilidade bem como menos hierarquia e controle de trabalho de cima para baixo. Contudo, essas demandas foram realizadas de forma a coincidirem com um impulso corporativo de terceirizar os riscos para os indivíduos e reduzir a responsabilidade das empresas por sua força de trabalho. De acordo com Chiapello (2004, p. 593), “o desenvolvimento do neocapitalismo flexível pode ser visto como resultado da cooptação das propostas da crítica artística pelos interesses empresariais”. O neoliberalismo é construído sobre e distorcido pelo desejo real por maior autonomia e autodeterminação no trabalho e na vida. Assim, como afirma Peter Frase (2014, s/n), “o neoliberalismo pode ser visto não somente como uma ferramenta para esmagar as instituições da classe trabalhadora, mas também como uma representação desonesta e mistificada dos próprios desejos frustrados por liberdade e autonomia”.

Como ressaltam Boltanski e Chiapello (2007), esta não foi a primeira vez na História que o capitalismo cooptou as demandas de seus críticos. A crítica em períodos anteriores foi moldada pela chamada crítica social que confronta o capitalismo como um sistema de exploração, desigualdade, “o egoísmo do interesse privado na sociedade burguesa e a crescente pobreza das classes populares em uma sociedade de

uma riqueza sem precedentes” (Boltanski; Chiapello, 2007, p. 38). Na primeira metade do século XX, uma crítica social forte participou da criação dos Estados de Bem-estar social na Europa e, em menor medida, na América (Chiapello, 2004, p. 593), que, combinado com o crescimento econômico no pós-guerra e uma política econômica keynesiana, contribuíram para um período de relativa prosperidade nos países industrializados ocidentais, muitas vezes referenciado como a “era de ouro” do capitalismo (Hobsbawm, 2004).

A partir do final da década de 1960, as fissuras nesta aparentemente pura e polida versão do capitalismo tornaram-se visíveis, não apenas sob a forma de sua crise econômica, mas também por uma crescente insatisfação de pessoas com as estruturas sociais hierárquicas, os controles e a inflexibilidade fordista no local de trabalho, a desigualdade global, a injustiça de gênero, entre outros. É nesse contexto que precisamos compreender a mudança de uma crítica social para uma crítica artística (Boltanski; Chiapello, 2007), ou como afirma Nancy Fraser (2013), de demandas por redistribuição a demandas por reconhecimento. Nas décadas seguintes, muitos críticos progressistas se voltaram para uma política de identidades e diferenças que rejeitava categorias unificadoras como classe e exploração. No final do século XX, a crítica social, como uma crítica da exploração, que mira uma das bases do sistema capitalista, saiu de moda progressivamente, enquanto a política identitária pós-moderna foi ganhando popularidade. Como coloca Nancy Fraser (2013, p. 227), “a crítica centrada na crise capitalista foi anunciada como reducionista, determinista e ultrapassada”.

Essa falta de atenção às questões de classe, desigualdade social e injustiça proporcionou um clima ideal para a cooptação das demandas por maior autonomia, liberdade e autenticidade no trabalho, de forma a abrir a possibilidade de criar uma força de trabalho capitalista ideal: felizes e comprometidos e, ao mesmo tempo, baratos e sempre prontos a trabalhar. Esse processo foi auxiliado pelo crescimento do trabalho de conhecimento nos países ocidentais no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho incluindo as recentes celebrações das “indústrias

criativas” como “o petróleo do século XXI” (Ross, 2008) e do enfraquecimento dos direitos trabalhistas como um resultado das políticas econômicas neoliberais (McGuigan, 2005). Assim, a liberdade significou também a liberdade do empregador de contratar e demitir, a desobrigação de garantir a seguridade social, a ausência da necessidade de garantir uma renda estável, a desobrigação de respeitar os direitos dos trabalhadores.

Por conseguinte, parece justo dizer que muitos dos trabalhadores precários atualmente estão experienciando o sabor agridoce da liberdade sob o capitalismo, que Karl Marx (1990) já havia descrito como o fundamento da exploração capitalista. O capitalismo repousa sobre os trabalhadores que são livres para escolher para qual empresa trabalhar, podendo decidir vender ou não sua força de trabalho e para quem, em relações contratuais livres com seus empregadores. O trabalhador é “livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender” (Marx, 1990, p. 272). Colocado como uma escolha “livre”, o trabalhador pode decidir vender sua força de trabalho de acordo com as condições determinadas pelos mercados de trabalho capitalistas ou recusar fazê-lo, aceitando todas as consequências possíveis que ameaçam a vida desta decisão livre. A imagem de Marx sobre o trabalhador “duplamente livre” é, portanto, tão relevante quanto anteriormente. Um trabalhador cultural *freelancer* pode ser livre de controle hierárquico, mas é também livre para morrer de fome. Neste sentido, a autonomia permanece uma ilusão. A questão é, portanto, como é possível alcançar uma autonomia que não seja limitada pela insegurança fundamental.

Pode parecer tentador procurar um retorno à relativa segurança do capitalismo fordista. Contudo, como ressalta a crítica artística, apesar de oferecer determinados níveis de seguridade social à grande parte da população dos países ocidentais, o modelo do Estado de bem-estar social fordista estava longe de não ter problemas. As feministas, por exemplo, enfatizaram que o “capitalismo de Estado organizado” se baseava num paradoxo, na medida em que

dependia essencialmente do bem-estar proporcionado pelas mulheres através do trabalho de cuidado (*care*) não-pago, ao mesmo tempo em que não o recompensava e valorizava (Fraser, 2013, p.220). O salário familiar constituiu a figura do chefe de família masculino como o cidadão ideal e as donas-de-casa como membros dependentes. Questionar e desafiar essas relações tem sido claramente uma conquista importante do feminismo.

No entanto, as desigualdades e as dinâmicas de gênero no trabalho no capitalismo pós-fordista mostram que a crítica feminista socialista não ganhou apoio o suficiente (Gill, 2002). Nancy Fraser (2013), por exemplo, argumenta que, negligenciando a crítica da economia política, a crítica feminista liberal ao “capitalismo de Estado organizado”, em vez de apontar alternativas genuínas, alinou-se inconscientemente à expansão do capitalismo neoliberal, em que “o sonho da emancipação das mulheres é aproveitado para o motor da acumulação capitalista” (Fraser, 2013, p. 221). À medida que o feminismo liberal ganhou popularidade, a demanda pela integração das mulheres ao mercado de trabalho tende a ofuscar que os empregos disponíveis são caracterizados por níveis salariais baixos, insegurança, alta pressão e excesso de trabalho. A crítica feminista socialista, que problematizou a situação particular das mulheres na experiência unificadora da vida sob o capitalismo como uma sociedade de classes exploradora, não foi suficientemente ouvida.

No contexto da crise econômica de 2008 e do crescimento da dívida, da pobreza e do desemprego, estamos testemunhando indicativos de um renascimento da crítica social. O famoso *slogan* do movimento *Occupy* “Nós somos os 99%” critica de forma pungente a desigualdade de um sistema capitalista que beneficia desproporcionalmente um pequeno número de pessoas à custa da maioria. Similarmente, o movimento Indignados na Espanha e os protestos na Grécia evidenciaram claramente o profundo descontentamento de uma geração cuja vida é marcada por insegurança no trabalho, dívidas e falta de democracia. Esses protestos tem o potencial de providenciar pontos de partida para uma resposta coletiva e política à insegurança e ao trabalho precário para

além da reprodução de uma lógica liberal de indivíduos autogerenciados, competitivos e que trabalham duro. No entanto, tal renovação da crítica social, em vez de idealizar o capitalismo de bem-estar fordista, necessita olhar para além dele e levar a sério as demandas dos trabalhadores por reconhecimento, autenticidade e autonomia, conciliando, dessa forma, a crítica artística e a crítica social.

2. COLETIVIDADE

A aplicação dessa crítica unificada ao domínio do trabalho no setor cultural depende de um agente para expressar essa crítica e exigir e efetuar as mudanças. Assim, é necessário reconhecer os trabalhadores culturais como sujeitos políticos. Como observam Ros Gill e Andy Pratt (2008), a condição de precariedade também “oferece potencial para novas subjetividades e novos tipos de políticos” (Gill; Pratt, 2008, p. 3). Guy Standing (2014) descreveu o precariado como uma “nova classe perigosa” que poderia se tornar um agente-chave de mudança social. De modo semelhante, de Peuter (2014) argumenta para além da imagem dos trabalhadores culturais precários como trabalhadores modelos dóceis do capitalismo pós-fordista. Em vez disso, é necessário levar a sério suas diversas práticas de resistência – desde a organização em espaços de *co-working* até a união e construção de sindicatos *freelancers*, passando pelo engajamento em movimentos sociais e protestos mais amplos. Os trabalhadores precários podem, assim, fazer parte de um movimento de trabalhadores a fim de criar uma alternativa que rejeite tanto o controle hierárquico e o trabalho alienado quanto a (auto)exploração e a precariedade.

Um meio tradicional na luta pelos direitos trabalhistas é o movimento sindical. Vincent Mosco (2011) destaca que, além da convergência econômica e da globalização, a crescente precarização do trabalho é um importante fator que fez enfraquecer o movimento trabalhista. Os sindicatos tradicionais têm lutado para deter o número crescente de trabalhadores temporários, trabalhadores em tempo parcial e *freelancers* nas indústrias culturais. Nicole Cohen (2012) e Greig de Peuter (2011; 2014) investigaram as perspectivas de reinventar as políticas trabalhistas na

era da precariedade. Eles descobriram que, embora a tendência para o trabalho inseguro e *freelancer* tenha confrontado o movimento trabalhista com grandes desafios, os trabalhadores precários também começaram a se organizar coletivamente e criar novas formas de associações de trabalhadores.

Um exemplo nos Estados Unidos é o sindicato *freelancer*, que objetiva “trazer *freelancers* para construir soluções mais inteligentes para planos de saúde, aposentadoria e seguro-desemprego. Nós chamamos isso de ‘Novo Mutualismo’”¹. Além disso, os sindicatos mais tradicionais iniciaram uma discussão sobre os trabalhadores *freelancers*. Na Inglaterra, o Sindicato Nacional dos Jornalistas, por exemplo, está encorajando ativamente os jornalistas *freelancers* a se associar ao sindicato, oferecendo-lhes conselhos especializados sobre questões como taxas, contratos, *copyrights* e direitos trabalhistas². Na Europa, Joel Dullroy e Anna Chasman (2014) defendem a formação de um movimento pelos direitos *freelancers* que una os trabalhadores isolados a fim de uma campanha coletiva para melhora das condições de trabalho e direitos dos trabalhadores *freelancers*. Neste contexto, a crescente popularização dos espaços de *co-work* tem o potencial para oferecer aos trabalhadores *freelancers* não somente uma mesa por alguns dias ou horas, mas também um espaço físico para organizar e refletir coletivamente sobre demandas e ações políticas. Uma iniciativa que tenta encorajar formas coletivas de trabalhar, especialmente no mundo da arte, é o projeto *Collective Futures*, que mapeia e organiza *workshops* para coletivos criativos na Escócia.

Todas essas iniciativas são tentativas de criar momentos de solidariedade e criatividade que possa oferecer o potencial de desafiar as culturas de trabalho individualizadas. Além da política sindical e das lutas trabalhistas, uma outra maneira de os *freelancers* se unirem e enfrentarem coletivamente a precariedade é por meio da criação de organizações que são propriedades comuns e dirigidas por pessoas que trabalham nelas. Andrew Ross (2008) argumenta que

1_ Sindicato dos *Freelancers*. Disponível em: <<https://www.freelancer-union.org/about/>>

2_ Sindicato Nacional dos Jornalistas. Disponível em: <<http://www.nuj.org.uk/work/freelance>>

a “autonomia é um objetivo crítico, e embora a sua realização seja mais acessível para os trabalhadores em situações de autoemprego, não há razão para que isso não possa ser nutrido dentro de organizações onde os processos de trabalho são genuinamente humanizados” (Ross, 2008, p. 39).

Isso levanta a questão de até que ponto as cooperativas de trabalhadores podem ser tais organização que humanizam o processo de trabalho. Elas parecem ter o potencial para manter a autonomia de que gozam muitos trabalhadores culturais *freelancers*, ao mesmo tempo criando um ambiente de trabalho que ofereça segurança em vez de precariedade, direitos iguais em vez de desigualdade, e solidariedade em vez de individualização.

3. COOPERATIVAS DE TRABALHADORES

A história do movimento de cooperativas de trabalhadores é longa e contestada. Como uma forma de política radical, ele tem estado à sombra do movimento sindical e da luta de classes revolucionária. Figuras radicais no movimento operário, como Rosa Luxemburgo, condenaram as cooperativas a falharem completamente ou serem cooptadas e transformadas em negócios capitalistas. Ela argumenta que, sob a dominação do capital e da concorrência, “a exploração impiedosa [...] torna-se a condição de cada empresa” (Luxemburgo, 2008, p. 80). Então, as cooperativas de trabalhadores “se tornariam empresas capitalistas puras ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem a predominar, caminhariam para a dissolução” (Luxemburgo, 2008, p. 81). De maneira similar, Ernest Mandel (1975) sublinhou que “há muitos exemplos de cooperativas de trabalhadores que deram errado. Há mesmo algumas que tiveram ‘sucesso’ – em termos capitalistas!” (Mandel, 1975, p. 8).

Parte dos motivos para essa avaliação depreciativa das cooperativas de trabalhadores deve-se ao fato de que um dos pensadores mais antigos e influentes do movimento cooperativo, o industrial e socialista utópico Robert Owen, sempre manteve certa distância do radicalismo político de sua época (Thompson, 1966). Em 1820, Owen (1991) argumentava que a

realização da felicidade humana exigiria a superação da competição e da propriedade privada – não por meio da luta de classes e da revolução, mas criando e expandido comunidades cooperativas. A crença de Owen (1991) de que a sociedade poderia mudar sem conflitos e confrontações pode ser politicamente idealista, mas não diminui a relevância de suas ideias em relação ao potencial das cooperativas.

Karl Marx (1864) lembra que as primeiras fábricas cooperativas emergiram no meio do século XIX como um desenvolvimento positivo. Ele argumenta que as cooperativas

demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria (Marx, 1864, s/n).

Ao mostrar a possibilidade real das alternativas para além da exploração e da alienação, as cooperativas sugerem uma “utopia concreta”. Uma “utopia concreta” é, para Ernst Bloch (1995), diferente da utopia abstrata ou de um pensamento desejoso, é algo conectado ao real, ao que é possível. “O ponto de contato entre o sonho e a vida, sem o qual o sonho produz apenas a utopia abstrata e a vida, por seu turno, apenas trivialidade, apresenta-se na capacidade utópica colocada sobre os próprios pés, a qual está associada ao possível” (Bloch, 1995, p. 145). As cooperativas formam tal ponto de contato. Elas não somente vislumbram, mas praticamente antecipam uma alternativa social para a organização econômica. Elas são parte de um projeto político prefigurativo.

Carl Boggs (1977) descreveu a política prefigurativa como a “materialização, na prática política presente, de um movimento, daquelas formas de relação social, tomada de decisão, cultura e experiência humana que são o objetivo último” (Boggs, 1977, p. 100). Como uma dupla estratégia, combina mudança imediata e imanente com o trabalho em direção a

transformações sistêmicas. Como argumenta Sheila Rowbotham (1979), a política prefigurativa “vê a luta por sobrevivência e controle como parte do aqui e agora. Ela pode, portanto, contribuir para o processo de se renovar continuamente no movimento rumo ao socialismo” (Rowbotham, 1979, p. 140). A política prefigurativa busca alcançar isso por meio de uma prática política alternativa, politizando a vida cotidiana, quebrando a separação entre vida e política.

Enquanto os projetos prefigurativos praticamente demonstram a possibilidade de alternativas, ao mesmo tempo, eles são limitados pela própria realidade que eles estão tentando superar. Para Marx (1991), as cooperativas de trabalhadores eram um projeto prefigurativo que simultaneamente desafia e é constrangida pela realidade capitalista.

As fábricas cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores são, dentro da velha forma, o primeiro exemplo da emergência de uma nova, ainda que reproduzam naturalmente em todos os casos, na sua organização atual, todos os defeitos do sistema existentes, devendo reproduzi-los (Marx, 1991, p. 571)

Quase 200 anos depois do primeiro experimento cooperativo de Owen, em um contexto de crise econômica, de expansão do trabalho precário e da individualização neoliberal, a ideia de trabalhadores que possuem e dirigem suas próprias empresas está sendo reconsiderada como uma estratégia política. Entretanto, o conceito de cooperação de trabalhadores é reivindicado não somente pelos críticos radicais do capitalismo, mas também pelos reformistas moderados e pode ser até integrado aos discursos neoliberais de empreendedorismo e responsabilidade individual.

Em uma forma neoliberal, a ideia de trabalhadores criando cooperativas e, assim, criando seu próprio trabalho, exige autoajuda, autoiniciativa, empreendedorismo e responsabilidade individual. A visão de David Cameron (2010) sobre a chamada “grande sociedade” exemplifica o ímpeto neoliberal de transferir responsabilidade dos governos ou corporações para os indivíduos. Ele descreve a “grande sociedade” como uma sociedade

onde as pessoas, em suas vidas cotidianas, em suas casas, em seus bairros, em seus locais de trabalho, nem sempre recorrem a funcionários, autoridades locais ou governos centrais para as respostas aos problemas que enfrentam, mas, em vez disso, sentem-se livres e poderosos o suficiente para ajudar a si mesmos e as suas próprias comunidades (Cameron, 2010, s/n)

As cooperativas de trabalhadores podem ser vistas como um meio de autoajuda em tempos de desemprego e trabalho precário. Na verdade, Cameron defende explicitamente as cooperativas na abertura do relatório anual *UK Co-Operative Economy*³, onde ele descreve as cooperativas como: “um modelo de negócio muito poderoso, que eu admiro”.

Enquanto a visão de Cameron sobre as cooperativas se encaixa bem no capitalismo neoliberal, outros argumentam que as cooperativas são um meio para confrontá-lo. A partir dessa última perspectiva, a cooperação dos trabalhadores pode ser descrita como uma estratégia tanto para a reforma social do capitalismo ou para criar uma alternativa radical a ele. David Erdal (2011), por exemplo, apresenta uma perspectiva reformista, argumentando que as empresas de propriedade dos empregados poderiam ajudar a criar uma economia mais humana, justa, igualitária e produtiva. De acordo com Erdal (2011), os benefícios da participação dos trabalhadores vão desde o aumento da produtividade até a redistribuição de riqueza e aumento da felicidade e da saúde. Em vez de contrariar o capitalismo, a propriedade dos trabalhadores revive o que ele descreve como um dos princípios-chave do capitalismo, que “as pessoas ganham vida como proprietárias” (Erdal, 2011, p. 173). Para Erdal, é um meio não para confrontar o capitalismo, mas para difundir-lo ainda mais, sublinhando que: “o capitalismo é bom ao criar capital e ruim na criação de capitalistas” (Erdal, 2011, p. 44).

Os argumentos de Erdal (2011) ecoam a visão do influente economista neoclássico Alfred Marshall, que no Congresso das Cooperativas de 1889 afirmou que, em uma cooperativa, “o trabalhador não produz para os outros, mas para si mesmo, o que desencadeia uma capacidade enorme para o trabalho de alta

3_ Disponível em: <http://www.uk.coop/sites/storage/public/downloads/co-operative_economy_2014.pdf>.

qualidade que o capitalismo suprime” (Zamagni, 2014, p. 196). Ele enfatizou, assim sendo, que o “produto mais desperdiçado” na empresa capitalista é a “capacidade de trabalho da maioria das classes trabalhadoras” (Zamagni, 2014, p. 196).

John Restakis (2010) argumenta que a forma cooperativa não questiona o capitalismo em nada fundamental, mas pode ser usado como meio para melhorá-lo. Ele define as cooperativas como “empresas que são de propriedade coletiva e controladas democraticamente por seus membros para benefício mútuo” (Restakis, 2010, p. 3). Ao mesmo tempo em que destaca a propriedade coletiva e o controle democrático, Restakis (2010) argumenta que as cooperativas, em vez de questionar fundamentalmente o capitalismo, pode contribuir para domar o poder corporativo e, portanto, tem potencial para “refazer e humanizar o sistema capitalista corrente” (Restakis, 2010, p. 3).

De forma semelhante, Vera Negri Zamagni (2014) prevê a coexistência de formas econômicas cooperativas e capitalistas. Ela ressalta que as indústrias de serviços que dependem de trabalho criativo e afetivo são particularmente adequadas para modelos de negócios cooperativos. De acordo com Zamagni (2014), as empresas capitalistas “podem continuar a operar nas áreas caracterizadas por altos níveis de padronização e mecanização em setores intensivos em capital” (Zamagni, 2014, p. 207). As cooperativas, pelo contrário, deveriam controlar “aquelas áreas da atividade econômica onde a qualidade das relações pessoais e o papel desempenhado pelo fator humano são de crucial importância” (Zamagni, 2014, p. 207).

Esses argumentos sugerem um “pluralismo econômico” que reconhece “o valor das diferenças” e defende a coexistência de diversos tipos de empresas, desde as corporações capitalistas até empresas sociais e organizações cooperativas (Borzago; Depedri; Tortia, 2009).

Um perigo do argumento de “pluralismo econômico” é que os ambientes de trabalho cooperativos permanecem confinados a trabalhadores privilegiados, por exemplo, em indústrias do conhecimento menos intensivas em recursos, enquanto outros permanecem presos dentro de estruturas explorató-

rias das corporações capitalistas. Para Erdal (2011), Restakis (2010) e Negri Zamagni (2014), a ideia de cooperativas de trabalhadores permanece inerente ao capitalismo. Ao defenderem as cooperativas sem questionar o capitalismo, significa a defesa de um sistema no qual trabalhadores “se tornam seu próprio capitalista” (Marx, 1991, p. 571). Transformar os trabalhadores em capitalistas pode melhorar as condições de trabalhadores individuais, mas não resolve outros problemas estruturais do capitalismo que levam a enormes desigualdades sociais e crises econômicas e ambientais. Uma economia genuinamente humanizada que seja democrática, socialmente justa e verdadeiramente sustentável entra em conflito com o capitalismo como um sistema que é, por definição, baseado em acumulação ilimitada, e em um impulso constante para crescimento, exploração e competição. Se, como Erdal (2011), Restakis (2010) e Negri Zamagni (2014) parecem argumentar, as cooperativas de trabalhadores podem superar esses problemas e humanizar genuinamente a economia, essa economia transformada não deveria mais ser descrita como capitalista.

Ao invés de naturalizar o capitalismo, parece importante assumir uma perspectiva mais radical que reconhece as alternativas genuínas não somente como necessárias e desejáveis, mas também possíveis. Richard Wolff (2012) sugere o termo “empresas autogestionada por trabalhadores” para descrever empresas onde os trabalhadores produzem, apropriam e distribuem os lucros coletivamente. Ele ressalta que a expansão de empresas autogestionadas por trabalhadoras pode aumentar o poder de decisão democrático sobre a economia, realizar uma distribuição de lucro mais justa, enfrentar a alienação e, então, contribuir para estabilizar uma alternativa genuína ao capitalismo. Gibson-Graham, Cameron e Healy (2013) argumentam que as cooperativas de trabalhadores estão “democratizando a gestão, a fixação de salários e a distribuição de lucros” (Gibson-Graham; Cameron; Healy, 2013, p. 76), e assim podem contribuir para o projeto de criar uma economia radicalmente diferente e justa social e ambientalmente.

Uma perspectiva radical distingue as cooperativas de trabalhadores de empresas controladas

por empregados. As empresas de propriedades dos empregados, como por exemplo a varejista britânica John Lewis, reproduzem o princípio de propriedade individual, já que os trabalhadores possuem ações individuais da empresa. A propriedade dos empregados também diz pouco sobre como é organizada a tomada de decisão, o que normalmente permanece como algo hierárquico e distribuído de forma desigual. As cooperativas radicais de trabalhadores, ao contrário, são baseadas na propriedade coletiva ou comum e na tomada de decisão democrática. A propriedade coletiva ou comum é diferente da simples co-propriedade. A rede de cooperativas radicais *Radical Routes*⁴ destaca que, em uma cooperativa de propriedade comum, os membros não possuem ações individuais, o que significa que qualquer excedente gerado não é distribuído aos membros, mas se mantém como propriedade da cooperativa. A propriedade comum também significa que os membros possuem controle e tomada de decisão iguais sobre todos os assuntos relativos ao funcionamento da cooperativa.

Se uma cooperativa de propriedade comum tem seu negócio descontinuado, os ativos da cooperativa não são distribuídos aos membros individuais, mas são cedidos à outra cooperativa ou ajudam a apoiar o movimento de cooperativas. Em contrapartida, se uma cooperativa é co-propriedade dos seus membros, eles podem reivindicar ações individuais dos ativos da cooperativa caso ela termine sua atividade de negócio. Curiosamente, tais cooperativas de propriedades comuns descritas pela *Radical Routes* correspondem à visão de Marx sobre a “associação de homens livres” como uma alternativa ao capitalismo:

por fim, imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. [...] O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação (Marx, 1990, p. 171).

A riqueza gerada nunca é distribuída aos

⁴ Disponível em: < <http://www.radicalroutes.org.uk/publicdownloads/setupworkerscooplowres.pdf> >

proprietários como lucro, mas serve como meio de subsistência para os membros individuais ou permanece propriedade compartilhada. A riqueza comum substitui o lucro privado. As cooperativas radicais de trabalhadores substituem a propriedade individual a tomada de decisão hierárquica por propriedade comum e tomada de decisão coletiva. É por esse elemento utópico concreto que elas podem desafiar a ideologia do “realismo capitalista”, que, como defende Mark Fisher (2009, p. 16), age “como um tipo de barreira invisível que constrange o pensamento e a ação”. Um conceito radical de cooperativas de trabalhadores mantém viva a possibilidade de alternativas reais. Isso contribui para confrontar a naturalização do capitalismo, revelando “o que é apresentado como necessário e inevitável como uma mera contingência” (Fisher, 2009, p. 17) e fazendo “o que anteriormente se considerava impossível ser atingível” (Fisher, 2009, p. 17). Essas cooperativas são também fazem parte de uma “tentativa não apenas de imaginar, mas de fazer, de outro modo, o mundo” (Levitas, 2013, p. XIII). Fazer o mundo ser de outro modo confronta as cooperativas com as lutas concretas e contradições, algumas das quais serão consideradas na próxima seção.

4. COOPERATIVAS DE TRABALHADORES NO SETOR CULTURAL

Em um contexto de internet e digitalização, termos como participação, colaboração, compartilhamento, acesso, produção e criação entre pares entraram no vocabulário cotidiano dos produtores culturais e dos consumidores por todo o mundo. Por um lado, práticas culturais alternativas que vão desde o compartilhamento de arquivos de música até produção de softwares livres e publicações de acesso livre tem desafiado os modelos de negócios por todas as indústrias culturais, indicando a possibilidade de uma “alternativa baseada no comum” (Bauwens, 2012). Por outro lado, gigantes corporativos como Facebook ou Google descobriram o conteúdo produzido pelo usuário como uma forma de aproveitar a criatividade coletiva dos usuários de Internet. Eles usam a retórica de colaboração, abertura e compartilhamento não somente para encorajar os usuários a

contribuir com conteúdo e a compartilhar e expressar o que importa para eles, mas também para descrever sua prática de vender os dados dos usuários aos anunciantes, ou nas palavras do Facebook, compartilhar parceiros e clientes com uma terceira parte.

Esses desenvolvimentos mostram que, embora os modos colaborativos de produção estejam ganhando importância, geralmente eles permanecem capturados pelas estruturas corporativas nas quais a retórica de abertura e compartilhamento serve para obscurecer a acumulação de lucro e poder privados. Neste contexto, as cooperativas de trabalhadores culturais podem oferecer uma forma organizacional alternativa no setor cultural que não somente encoraje o compartilhamento de conteúdos e ideias, mas também de recursos materiais e poder por meio de propriedade coletiva.

Ao contribuir para a construção de estruturas econômicas alternativas baseadas em solidariedade, cooperação e propriedade coletiva, as cooperativas e trabalhadores podem também desempenhar um papel de transformar as condições de trabalho no setor cultural. Contudo, como todo projeto prefigurativo, as cooperativas de trabalhadores não podem escapar totalmente das pressões do sistema existente. Os projetos alternativos no setor cultural necessitam navegar por tensões complexas e potenciais conflitos entre processos criativos, necessidade econômica e aspirações políticas. Na seção seguinte, eu exploro as potencialidades e os limites das cooperativas de trabalhadores culturais examinando a precariedade econômica, as culturas de trabalho individualizadas e a desigualdade sociopolítica.

5. PRECARIÉDADE ECONÔMICA

A prevalência do emprego de curto prazo e dos contratos *freelance*, da forte concorrência e dos salários baixos geralmente sujeita os trabalhadores culturais a uma profunda condição de precariedade. No clássico modelo do Estado de bem-estar social do século XX, a seguridade social estava em grande parte ligada ao emprego. A tendência de terceirizar tarefas e o crescimento do trabalho *freelancer* tem minado esse sistema. Os trabalhadores *freelancers*

quase sempre não têm acesso a férias anuais remuneradas, licenças maternidades pagas e seguro-desemprego. Em países onde o seguro-saúde está ligado ao emprego, os *freelancers* enfrentam um desafio adicional de ter que pagar seguro obrigatório público ou privado. Guy Standing descreve a precariedade como uma condição de insegurança fundamental – insegurança em termos de mercado de trabalho, vínculos empregatícios, segurança no trabalho, reprodução de habilidade, renda e representação (Standing, 2014). Para enfrentar a precariedade, as cooperativas teriam que oferecer estabilidade e segurança.

O conceito de cooperativas de trabalhadores concentra-se em democratizar a propriedade e a tomada de decisão e, empoderando, assim, os trabalhadores, dando-lhes mais controle sobre suas vidas profissionais. Estes princípios parecem enfrentar a precariedade em vários níveis. Ao nível da propriedade, as cooperativas quebram a distinção entre proprietários e capitalistas, empregadores e empregados. Elas sugerem uma via alternativa de organização da propriedade que não é nem privada nem administrada pelo Estado, mas baseada na propriedade comum. Greig de Peuter e Nick Dyer-Witthford (2010) descrevem as cooperativas como uma forma de “trabalho comum”: “por trabalho comum, queremos dizer a organização democratizada do trabalho produtivo e reprodutivo” (de Peuter; Dyer-Witthford, 2010, p. 32). Enquanto em uma relação salarial capitalista, parte da riqueza produzida pelo trabalho é transformada em lucro, a co-propriedade em uma cooperativa significa que os trabalhadores se apropriam de todas as receitas coletivamente. A riqueza gerada é usada para financiar os rendimentos individuais dos trabalhadores bem como para desenvolver a cooperativa, que, então, oferece segurança no sentido de que todos os membros se beneficiam igualmente de toda a riqueza produzida.

No nível da tomada de decisão, o princípio democrático significa que os trabalhadores ganham o controle sobre vários aspectos de suas vidas econômicas incluindo planejamento financeiro e estratégias de negócios, horas trabalhadas, como a renda é distribuída ou como o trabalho é compartilhado. Em vez de submeter os trabalhadores às decisões dos

proprietários ou gerentes, as cooperativas habilitam os membros a assumirem o controle sobre suas vidas profissionais, tornando-as mais previsíveis, adaptáveis e moldáveis.

No entanto, na prática, essas potencialidades são desafiadas em níveis internos e externos. No nível interno, uma questão-chave é como os princípios da cooperação do trabalhador são colocados em prática. A propriedade dos trabalhadores pode, por exemplo, abranger desde trabalhadores que detêm ações individuais até um modelo de propriedade comum. A tomada de decisão democrática pode ser limitada a um sistema onde os membros elegem seus gerentes, ser baseada em um sistema de votação por maioria ou ser praticada como um modelo de consenso radicalmente democrático. As estruturas internas também variam a depender do tamanho da cooperativa. O aumento de membros pode criar dificuldades adicionais em termos de manutenção das estruturas democráticas e iguais. O crescimento de renda pode ajudar a cooperativa a florescer, mas pode, por outro lado, também criar novos desafios de gestão e aumentar a pressão sobre os trabalhadores proprietários individuais. Dependendo do modo como uma cooperativa é organizada, os trabalhadores, internamente, terão diferentes graus de controle sobre a cooperativa e suas vidas econômicas.

Além de dar às pessoas controle sobre suas vidas profissionais, um importante benefício em potencial das cooperativas é que os membros podem escapar da precariedade do trabalho *freelance* tornando-se um empregado da cooperativa, que usa parte de sua renda coletiva para financiar um esquema de seguridade social solidário que beneficia todos os membros. Entretanto, este benefício somente pode ser alcançado se a cooperativa tiver êxito econômico e conseguir renda suficiente para financiar os rendimentos individuais dos membros e os benefícios coletivamente organizados. Ter êxito economicamente no capitalismo significa que a cooperativa precisa ter sucesso ao competir em um mercado capitalista.

Enquanto, em um nível interno, os membros de uma cooperativa podem decidir como são organizadas a propriedade e a tomada de decisão, eles não podem superar as dependências que resultam do

fato de operarem dentro de um sistema econômico capitalista. Cornforth e outros autores identificaram três graus de dependência que podem afetar as cooperativas: forte dependência de outras grandes empresas por meio de subcontratação; dependências médias criadas por meio de um mercado altamente competitivo, ou autonomia relativa que pode ser sustentada por meio de operações em um mercado de nicho (Cornforth et alii, 1988). As dependências também podem ser criadas por causa da necessidade de financiamento. Embora os requisitos do capital no setor cultural sejam relativamente baixos comparados a outras indústrias, começar ou desenvolver uma cooperativa pode ainda exigir recursos financeiros para adquirir equipamentos necessários para produção como computadores, softwares, equipamentos de filmagem ou gravação, etc. No sentido de manter o controle dos trabalhadores, aceitar dinheiro de um investidor externo não é uma opção para as cooperativas. Mas também pedir empréstimos bancários é arriscado e pode comprometer a autonomia e a independência da cooperativa.

Como participantes de uma economia capitalista, as cooperativas sempre correm o risco de perder em competitividade e, assim, não conseguem garantir um rendimento estável para todos os membros. As indústrias culturais têm sido descritas como particularmente arriscadas e imprevisíveis, com os produtos culturais malsucedidos economicamente superando em muito os lucrativos (Garnham, 1990). A digitalização e o compartilhamento de arquivos on-line agravaram ainda mais essas inseguranças, tornando cada vez mais difícil ganhar dinheiro com a venda de bens culturais. Estas incertezas também impactam as cooperativas culturais.

Propriedade não significa necessariamente segurança. Os trabalhadores podem acabar como co-proprietários de pouca coisa ou nada. A fim de aumentar as chances de sucesso em mercados competitivos, os trabalhadores proprietários podem até reproduzir padrões de autoexploração, trabalhando longas horas por baixos salários. Ao discutir o potencial das cooperativas em lidar com o trabalho precário, é importante reconhecer a insegurança estrutural das

indústrias culturais e a precariedade dos mercados capitalistas em geral, dos quais as cooperativas não escapam.

Em um nível econômico, as cooperativas encontram-se, pois, confrontadas com uma contradição entre as potencialidades anticapitalistas e a realidade capitalista. Por um lado, elas desafiam princípios capitalistas como divisões de classe e exploração e sugerem a possibilidade de uma organização econômica alternativa baseada na propriedade comum e na democracia econômica. Por outro, as estruturas jurídicas disponíveis e a necessidade de competir nos mercados capitalistas ligam as cooperativas ao sistema capitalista. As cooperativas culturais são, então, confrontadas com as “dificuldades de reconciliar as demandas contraditórias de sobrevivência econômica e ambição política” (Comedia, 1984, p. 96) que geralmente moldam os projetos no setor cultural. A extensão da capacidade das cooperativas de enfrentar a precariedade econômica depende de sua habilidade de navegar nessas contradições.

Como argumenta Jeremy Gilbert (2014), para enfrentar a individualização neoliberal, há uma “necessidade desesperada de novas formas de imaginar, conceituar e institucionalizar formas democráticas de coletividade” (Gilbert, 2010, p. 48). O modelo cooperativo oferece uma oportunidade de substituir uma microestrutura de uma pessoa por uma forma organizacional mais coletiva. Esse talvez seja um dos benefícios mais imediatos das cooperativas no sentido de poderem fazer um contraponto à individualização neoliberal e ser uma fonte para superar o isolamento e experienciar a coletividade. Esta coletividade pode, por exemplo, permitir a solidariedade econômica e a criação de estruturas de apoio para férias remuneradas ou guarda das crianças, por exemplo.

Contudo, também é importante reconhecer que nem todas as cooperativas têm uma forte ambição política e o desejo de transformar as culturas de trabalho no setor cultural. Algumas cooperativas podem ter escolhido as estruturas democráticas por razões de eficiência, conveniência ou para melhorar suas condições individuais de trabalho. Da mesma forma, em algumas cooperativas muito estabelecidas, os princípios podem ficar diluídos ou se perderem nas rotinas de trabalho cotidianas. Catherine P. Mulder, em seu estudo de caso sobre a Orquestra Sinfônica de Londres, que é autogerida desde 1904, destaca que

os músicos atuais não compreendem realmente quão única e progressista é a sua estrutura organizacional. Sua ignorância poderia ser relacionada, primeiramente, à longevidade da orquestra; os músicos podem simplesmente não estarem familiarizados com o seu passado revolucionário (Mulder, 2015, p. 32).

O potencial para desafiar a produção cultural individualizada é provavelmente mais alto em cooperativas politizadas cujos membros estão comprometidos com os ideais cooperativos. Um ambiente politizado é mais propício à solidariedade no local de trabalho e ao ativismo político mais amplo. As estruturas coletivas de trabalho podem também inspirar formas colaborativas de produção cultural que sejam mais apropriadas para a compreensão da cultura como algo comum.

Ao mesmo tempo, sob o capitalismo há limites à produção de bens culturais. Para gerar renda, as cooperativas culturais ainda precisam vender seus produtos. Isso leva as cooperativas culturais a um dilema: embora possam cooperar internamente para produzir em comum, elas ainda estão competindo em mercados capitalistas, comprando e vendendo mercadorias. Esse sistema de restrição do acesso à cultura e de venda de bens culturais como mercadorias não somente contradiz a ideia de um setor cultural cooperativo e inclusivo, mas também é desafiado como um modelo de negócio. Como é fácil para qualquer usuário de Internet compartilhar bens culturais como música, filmes, imagens ou quaisquer textos gratuitamente com amigos ou estranhos, assegurar uma renda estável da venda de mercadorias culturais tem sido cada vez mais difícil.

Esses problemas ilustram que desafiar a produção individualizada requer, por um lado, cooperativas politizadas cujos membros estejam comprometidos com ideais cooperativos. Por outro lado, transformar o trabalho no setor cultural não depende somente das cooperativas individuais. As mudanças estruturais devem ser possibilitadas pelas mudanças no financiamento de cultura que ofereçam uma alternativa ao acesso individualizado à cultura baseado na troca de mercadorias. As políticas que poderiam diminuir a dependência da venda de mercadorias culturais, por exemplo, incluem fontes generosas de financiamento público para cooperativas culturais ou uma renda básica garantida. Tais medidas poderiam ter um duplo benefício: por um lado, tornam a cultura mais aberta e igualmente acessível, e por outro, libertam as cooperativas culturais das pressões de mercado.

Claramente, a procura por financiamento público para a cultura vai contra o clima atual de cortes e austeridade. Como afirma Garnham (2006), o discurso político sobre as indústrias criativas é baseado em uma noção individualizada da produção cultural que é usada para justificar uma mudança na política cultural, no sentido de introduzir proteções mais fortes de direitos autorais e, portanto, a exclusão de produtos culturais. O esforço para criar um setor cultural mais cooperativo também precisa, portanto, exigir mudança política. Até que os fluxos de renda para a

produção cultural sejam radicalmente alterados, as cooperativas culturais continuarão a enfrentar uma contradição entre a produção cooperativa de bens culturais e o comércio competitivo de bens culturais.

7. DESIGUALDADE

Pesquisas mostra que as características do trabalho precário – incluindo longas horas de trabalho, baixos salários, ausência de benefícios, baixos níveis de segurança, flexibilidade, informalidade – privilegia trabalhadores de origens ricas, sem responsabilidades domésticas, problemas de saúde ou deficiências. Indivíduos menos abastados provavelmente terão dificuldades para pagar a educação necessária e o treinamento contínuo e para cruzar períodos sem renda. Ter responsabilidades domésticas geralmente cria dificuldades financeiras adicionais e torna impossível ser flexível o suficiente para competir por empregos. Além disso, a ausência de locais de trabalho definidos torna a política no ambiente de trabalho cada vez mais difícil, minando de forma eficaz os processos democráticos e as oportunidades iguais (McRobbie, 2005).

O modelo cooperativo permite vislumbrar diferentes ambientes de trabalho que possam oferecer a todos os membros oportunidades de treinamento e desenvolvimento, combinando horas flexíveis de trabalho com pagamento seguro e regular, assegurando o acesso a seguro-saúde, licença maternidade e assistência à infância. Tais estruturas organizacionais solidárias e cooperativas poderiam ajudar a tornar o trabalho no setor cultural mais acessível e diversificado.

Entretanto, para poder construir tais ambientes de trabalho genuinamente humanizado, as cooperativas necessitam de uma renda estável. Em uma economia de mercado capitalista, a criação e o funcionamento de cooperativas envolvem riscos e geralmente requer investir muito tempo e dinheiro, que muitas pessoas não podem pagar. Embora um modelo solidário e cooperativo demonstre a viabilidade de alternativas, as cooperativas não abolirão automaticamente as desigualdades no setor cultural.

As cooperativas são parte de um esforço de construção de alternativas a um “individualismo compe-

Os debates recentes sobre produção cultural geralmente enfatizam a importância econômica, social e cultural da colaboração, da co-criação e da comunidade na era da internet e o caráter inerentemente cooperativo dos bens culturais. Esse discurso sobre os modos de produção colaborativos contrasta com as culturas de trabalho individualizadas que prevalecem no setor cultural. A prevalência do trabalho *freelancer*, para muitos trabalhadores culturais, significa que eles “se tornam sua própria microestrutura” (McRobbie, 2005, p. 376). Escapar ao controle e às estruturas hierárquicas de trabalho em um emprego tradicional, geralmente vem ao custo de uma constante pressão para gerenciar, melhorar e monitorar seu próprio *self* a fim de ter sucesso em um mercado competitivo. Os *home-offices* e os *cafés* tendem a substituir os locais de trabalhos tradicionais. A flexibilidade e a temporariedade entre os trabalhadores culturais, assim como a concorrência, geralmente prejudicam ainda mais o desenvolvimento de relações de trabalho cheias de sentido, resultando em uma condição de individualização.

titivo”, criando estruturas de apoio para assistência à infância, formação, trabalho e renda seguros, etc. A crescente necessidade de estruturas auto-organizadas de apoio é, em parte, consequência da austeridade neoliberal e do corte de sistemas públicos. Ao mesmo tempo, o esforço para construir essas redes precisa ser cuidadoso para não reproduzir a manobra neoliberal que substitui a solidariedade social por responsabilidade individual. Ao navegar nessas contradições, o movimento cooperativo necessita estar conectado às lutas políticas mais amplas. Como disse Sheila Rowbotham nos anos 1970, apesar de sua importância, “a atividade comunitária não é uma substituta para as lutas radicais igualmente importantes no Estado de bem-estar social” (Rowbotham, 1979, p. 137). Para promover a mudança, um movimento no sentido de humanizar o trabalho precisa lutar em várias frentes. A política prefigurativa que construa organizações alternativas precisa se conectar a outras “lutas locais democráticas e pelo poder estatal” (Boggs, 1977, p. 121) para redistribuir riqueza e enfrentar a desigualdade.

mais colaborativas de produção de bens culturais comuns.

As cooperativas não são perfeitas e, na prática, são confrontadas com uma variedade de dificuldades e contradições. No entanto, ao introduzir a democracia no ambiente de trabalho, as cooperativas abrem espaço para começarem a imaginar, criar e exigir coletivamente estruturas de trabalho além da exploração que tanto proporcionem segurança econômica quanto permitam prazer, autodeterminação e autonomia.

Em vez de simplesmente prever um futuro alternativo, as cooperativas são a prática de construí-lo. Como um projeto político prefigurativo, as cooperativas visam criar melhorias imediatas para as pessoas que nelas trabalham, enquanto, ao mesmo tempo, trabalham para construir uma alternativa estrutural à exploração capitalista e à exploração, uma cooperativa de cada vez. Como dizem dePeuter e Dyer-Witthford (2010), a ideia de cooperativa é poderosa porque implica oportunidades de expansão:

as práticas de cooperação entre cooperativas sugerem a possibilidade de que, dentro do sistema global de capital, um subsistema não-capitalista possa aumentar seu contrapoder, reduzir a dependência do sistema primário, e potencialmente torná-lo redundante. Em uma cooperação intercooperativa, vemos pelo menos uma possibilidade de como o produto social do trabalho pode contribuir para a expansão de um novo sistema que busca continuamente ampliar sua autonomia (dePeuter; Dyer-Witthford, 2010, p. 40).

Essa visão radical de uma economia cooperativa alternativa fornece um ponto externo, uma utopia concreta que rompe com a naturalização do capitalismo. No entanto, embora as cooperativas possam atuar contra o sistema, elas ainda atuam dentro dele e, portanto, são confrontadas com seus problemas, como as desigualdades de recursos, a precariedade e a competição. Neste ambiente, o sucesso não é garantido, e as cooperativas têm de enfrentar contradições entre seus princípios internos cooperativos, iguais e democráticos e a estrutura competitiva e antidemocrática dos mercados capitalistas. Além disso, como ilustra uma tomada neoliberal das cooperativas como uma forma de iniciativa empreendedora

e de autoajuda, as cooperativas não estão imunes de serem incorporadas e tornadas produtivas para o capitalismo.

Contudo, mesmo à luz desses problemas e contradições, adotar uma “tese degenerativa” (Egan, 1990) que rejeite as cooperativas no sentido de serem condenadas a se transformarem em empresas capitalistas ou falharem completamente (Luxemburgo, 2008; Mandel, 1975) não parece fazer justiça a suas potencialidades alternativas. A questão se dá mais no sentido de como as cooperativas navegam nas contradições com as quais são confrontadas. Como afirmam Boltanski e Chiapello (2007, p. 20), “seria inútil procurar separar nitidamente os construtos ideológicos impuros, destinados a servir a acumulação capitalista, das ideias puras, livres de compromisso, ideias que dessem ensejo a criticar essa acumulação”. Portanto, parece importante discutir como é possível melhorar as condições para que as cooperativas floresçam e expandam.

Melhorar estas condições exige reformas políticas, que precisam ser exigidas por um amplo movimento por mudança social que pode incluir movimentos sociais e outras formas de ativismo político, partidos políticos radicais e um movimento sindical revigorado. As reformas radicais importantes poderiam, por exemplo, incluir uma tributação mais rígida dos lucros das empresas, a fim de redistribuir a riqueza, uma renda básica garantida, subsídios públicos para a criação de cooperativas e aumento do financiamento público para o setor cultural. As cooperativas não mudarão sozinhas a produção cultural, o trabalho e a economia, mas são um componente importante em um esforço cooperativo de tomar o controle da economia e fazê-la trabalhar para todos.

REFERÊNCIAS

BALL, Linda; POLLARD, Emma; STANLEY, Nick. Creative Graduates. Creative Futures, 2010. Disponível em: <<http://www.employment-studies.co.uk/pdflibrary/471.pdf>>.

BAUWENS, Michael. Peer-to-peer production and the coming of the commons. **Red Pepper**, 2012. Disponível em: <<http://www.redpepper.org.uk/>

the-coming-of-thecommons/>

BLOCH, Ernst. **The Principle of Hope**: Volume 1. Cambridge: MIT Press, 1995.

BOGGS, Carl. Marxism, Prefigurative Communism, and the Problem of Workers Control. **Radical America**. V. 11, 1977, p. 99-122.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **The New Spirit of Capitalism**. London: Verso, 2007.

BORZAGO, C.; DEPEDRI, S.; TORTIA, E. The role of cooperative and social enterprises: a multifaceted approach for an economic pluralism. **Euricse Working Papers**. V. 9, 2009.

CAMERON, David. Big Society Speech, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/big-societyspeech>>.

CICOPA, 2004. International Declaration on Worker Cooperatives. Disponível em: <http://www.cicopa.coop/IMG/pdf/Declaration_approved_by_ICA_EN-2.pdf>

COHEN, Nichole. Cultural work as a site of struggle: freelancers and exploitation. **TripleC**. V. 10, N. 2, 2012, p. 141-155.

COMEDIA. The Alternative Press: The Development of Underdevelopment. **Media, Culture & Society**. V. 6, 1984, p. 95-102.

CORNFORTH, Chris et alli. **Developing Successful Worker Co-operatives**. London: Sage, 1988.

CREATIVE Futures. Relatório Final. Disponível em <<http://www.collectivefutures.net/finalreport/>>.

DE PEUTER, Greig. Creative Economy and Labour Precarity: a Contested Convergence. **Journal of Communication Inquiry**. V. 35, N. 4, 2011, p. 417-425.

DE PEUTER, Greig. Beyond the Model Worker: Surveying a Creative Precariat. **Culture Unbound**. V. 6, 2014, p. 263-284.

DE PEUTER, Greig; DYER-WITHEFORD, Nick.

Neste artigo, considerei as cooperativas de trabalhadores como uma alternativa ao trabalho cultural desigual, individualizado e precário. Argumentei que, apesar de enfrentar diversas contradições, as cooperativas culturais podem oferecer uma possibilidade real de humanizar o trabalho para que a autonomia, a liberdade e o compartilhamento sejam libertados de suas distorções neoliberais. Em vez de promessas vazias, os ambientes de trabalho cooperativos podem oferecer uma autonomia genuína, permitindo que todos os envolvidos participem de forma autônoma e igual nas decisões sobre a vida econômica; uma liberdade verdadeira que não é limitada pela necessidade, mas sustentada pelo apoio solidário no sentido de garantir uma renda segura e estável; e o compartilhamento verdadeiro que, em vez de ser mal utilizado como sinônimo de venda, significa a propriedade e a tomada de decisão compartilhadas coletivamente. Esses ambientes de trabalho podem contribuir para substituir as culturas de trabalho individualizadas e competitivas por formas

Commons and Cooperatives. **Affinities: A Journal of Radical Theory, Culture, and Action**. V. 4, N. 1, 2010, p. 30-56.

DULLROY, Joel; CASHMAN, Anna. Independents Unite. Inside the Freelancers' Rights Movement. Disponível em: <<http://freelancersmovement.org/>>.

ERDAL, David. **Beyond the Corporation: humanity working**. London: Bodley Head, 2011.

FISHER, Mark. **Capitalist Realism**. London: Zero, 2009.

FRASE, Peter. Beyond the Welfare State. **Jacobin**, 2014. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2014/12/beyond-the-welfarestate/>>

GARNHAM, Nicholas. **Capitalism and Communication**. London: Sage, 1990.

GARNHAM, Nicholas. From cultural to creative industries. **International Journal of Cultural Policy**. V. 11, N. 1, 2006, p. 15-29.

GIBSON-GRAHAM, J.K.; CAMERON, Jenny; HEALY, Stephen. **Take Back the Economy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

GILBERT, Jeremy. **Common Ground: democracy and collectivity in an age of individualism**. London: Pluto, 2014.

GILL, Rosalind. Cool, creative and egalitarian? Exploring gender in project-based new media work in Europe. **Information, Communication and Society**. V. 5, N. 1, 2002, p. 70-89.

GILL, Rosalind; PRATT, Andy. In the social factory? Immaterial labour, precariousness and cultural work. **Theory, Culture & Society**. V. 25, N. 7-8, 2008, pp 1-30.

HESMONDHALGH, David. **The Cultural Industries**. London: Sage, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **The Age of Extremes: 1914-1991**. London: Michael Joseph, 1994.

KITCHING, Johan; SMALLBONE, David. Exploring

the UK Freelance Workforce, 2012. Disponível em: <<https://www.pcg.org.uk/sites/default/files/media/documents/RESOURCES/01267%20PCG%20A4%2048PP%20KINGSTON%20REPORT%20WEB.PDF>>.

LEVITAS, Ruth. **Utopia as Method**. London: Palgrave, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reform or Revolution**. Chicago: Haymarket, 2008.

MANDEL, Ernest. Self-Management: dangers and possibilities. **International**. V. 2, N. 4, 1975, p. 3-9.

MARX, Karl. Inaugural Address of the International Working Men's Association 'The First International, 1864. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/10/27>>.

MARX, Karl. **Capital: Volume 1**. London: Penguin, 1990.

MARX, Karl. **Capital: Volume 3**. London: Penguin, 1991.

McGUIGAN, Jim. Neoliberalism, Culture and Policy. **International Journal of Cultural Policy**. V. 11, N. 3, 2005, p. 229-241.

McROBBIE, Angela. Clubs to companies. In: HARTLEY, John (org.). **Creative Industries**. Malden: Blackwell, 2005, p. 375-390.

MOSCO, Vincent. The political economy of labour. In: WASKO, Janet; MURDOCK, Graham; SOUSA, Helena (org.). **The Handbook of Political Economy of Communication**. Malden: Blackwell, 2011, p. 206-225.

MULDER, Catherine P. **Transcending Capitalism through Cooperative Practices**. London: Palgrave, 2015.

OWEN, Robert. **A New View of Society and Other Writings**. London: Penguin, 1991.

RADICAL Routes. How to Set Up a Workers' Co-op, 2015. Disponível em: <<http://www.radicalroutes.org.uk/publicdownloads/setupaworkerscooplowres.pdf>>

RESTAKIS, John. **Humanising the Economy: coOperatives in the Age of Capital**. London: New Societies Publishers, 2010.

ROSS, Andrew. The New Geography of Work: Power to the Precarious? **Theory, Culture & Society**. V. 25, N. 31, 2008.

ROWBOTHAM, Sheila. The Women's Movement and Organising for Socialism. In ROWBOTHAM, Sheila et alli. **Beyond The Fragments: Feminism and the Making of Socialism**. London: Merlin Press, 1979, p. 21-155.

STANDING, Guy. **The Precariat: the new dangerous class**. London: Bloomsbury, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **The Making of the English Working Class**. New York: Vintage Books, 1966.

TOKUMITSU, Miya, In the name of love. **Jacobin**.13, 2014.

WOLFF, Richard. **Democracy at Work: a cure for capitalism**. Chicago: Haymarket Books, 2012.

ZAMAGNI, Vera Negri. The Co-operative Enterprise. A valid Alternative for a Balanced Society. In: NOVKOVIC, Sonja; WEBB, Tom (org.). **Co-Operatives in a Post Growth Era**. London: Zed Books, 2014, p. 194-209.

Recebido_22 de julho de 2016
Aprovado_20 de novembro de 2016